

III CURSO INTENSIVO DE PROCEDIMENTO E PROCESSO ADMINISTRATIVO E TRIBUTÁRIO

(PREPARAÇÃO PARA O CEJ)

Coordenadores

Prof. Doutora Clotilde Celorico Palma/Prof. Doutor Francisco Paes Marques

Assessor Científico

Dr. José Duarte Coimbra

APRESENTAÇÃO

Por Despacho do passado dia 17 de dezembro de 2019, a Ministra da Justiça autorizou a abertura de três concursos de ingresso no Centro de Estudos Judiciários, um dos quais para o preenchimento de 30 vagas para a magistratura dos Tribunais Administrativos e Fiscais, na sequência do qual foi já publicado o Aviso n.º 20808/2019, de 31 de dezembro, que estabelece os requisitos e as regras de acesso ao referido concurso, seja pela “via profissional”, seja pela “via académica”, e cuja primeira prova escrita se realizará, previsivelmente, já no próximo dia 15 de fevereiro.

É o que justifica que o Instituto de Ciências Jurídico-Políticas e o Instituto de Direito Económico, Financeiro e Fiscal da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa voltem a organizar mais uma edição do *Curso Intensivo de Procedimento e Processo Administrativo e Tributário*, especificamente pensado e delineado para a preparação daquele Concurso, beneficiando dos frutos e da experiência já acumulada nos *Cursos Intensivos* realizados por ocasião dos Concursos de 2018 e de 2019, assim como em Cursos e Pós-Graduações em matéria de Justiça Administrativa e Tributária que vêm realizando ao longo dos anos.

Em horário pós-laboral e organizado sob a forma de sessões intensivas, o Curso procurará oferecer uma visão transversal, mas ao mesmo tempo profunda, dos conceitos e institutos centrais de Direito Administrativo e Tributário e, em particular, dos sistemas de tutela contenciosa atualmente em vigor na jurisdição administrativa e fiscal. Para além de, em conjunto, cobrirem a integralidade dos tópicos programáticos normalmente incluídos nas provas de acesso, as sessões do Curso terão ainda a preocupação de dotar os alunos das ferramentas — teóricas e práticas — indispensáveis para a resolução dos exercícios (escritos e orais) tradicionalmente realizados no âmbito dos concursos de ingresso no CEJ na área administrativa e tributária.

Embora primariamente destinado aos alunos e profissionais que tencionem realizar os exames de ingresso no CEJ nos próximos meses, o Curso encontra-se naturalmente aberto a todos aqueles que, por motivos profissionais ou académicos, desejem atualizar os seus conhecimentos de Procedimento e Processo Administrativo e Tributário.

DURAÇÃO E HORÁRIO

56 horas letivas, repartidas por 14 sessões de 4h em horário pós-laboral, de 27 de janeiro a 14 de fevereiro de 2019, sendo admitida a inscrição e frequência global ou separada em cada um dos módulos de Procedimento e Processo Tributário (7 sessões)/Procedimento e Processo Administrativo (7 sessões).

As aulas decorrem na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (18h-22h).

NÚMERO DE VAGAS

Máximo de 30 participantes (admitidos segundo ordem de inscrição).

PROPINA

- Curso completo (14 sessões × 4h): € 900
- Módulos separados (7 sessões × 4h): € 600

Propina reduzida para estudantes da FDUL (licenciatura, mestrado ou doutoramento) inscritos no presente ano letivo 2019-2020 ou no anterior 2018-2019: €650 (curso completo) e €450 (módulos separados).

CERTIFICADOS

Será emitido um **Certificado de Frequência** aos alunos que tenham estado presentes em, no mínimo, três quartos das sessões correspondentes ao módulo ou módulos em que estejam inscritos.

INSCRIÇÕES

- Inscrições *online* até ao dia **27 de janeiro**: através do botão respetivo, no menu vermelho, acima nesta página.
- Não necessita enviar comprovativo dos pagamentos multibanco feitos na sequência da inscrição *online*, pois eles são enviados diretamente pela rede.
- As inscrições ficam confirmadas com a regularização do respetivo pagamento.
- As entidades que necessitem de emissão prévia de fatura, deverão contactar o secretariado do ICJP, após efetuarem a inscrição *online*, onde deverão selecionar a modalidade de pagamento por transferência bancária. No caso de múltiplas inscrições regularizadas com um único pagamento, quando do envio do comprovativo, deverão ser identificadas as inscrições a que o mesmo diz respeito.

Contactos

Dra. Telma Oliveira, de 2.^a a 6.^a, 11h00-13h30 e 14h30-19h00.

Telefone: 217820265 – Telemóvel: 933469330 – e-mail: icjp@fd.ulisboa.pt

Programa (I): Módulo de Procedimento e Processo Tributário

Data/Hora	Tema(s) / Docente(s)
27.01/18h	<p style="text-align: center;">Procedimento Tributário I</p> <ul style="list-style-type: none"> • Princípios gerais <ul style="list-style-type: none"> • Procedimento tributário versus processo judicial tributário • A relação jurídica tributária: constituição, modificação e extinção da obrigação tributária • Os princípios da legalidade, proporcionalidade, contraditório e da verdade material • Obrigações Tributárias <ul style="list-style-type: none"> • Obrigação principal e obrigações acessórias • Procedimento de liquidação <ul style="list-style-type: none"> • A liquidação administrativa, oficiosa e corretiva • O dever de fundamentação e o procedimento de notificação • Prazo de caducidade e causas de suspensão • Negócios jurídicos ineficazes <p>DOCENTE: ROGÉRIO FERNANDES FERREIRA</p>
29.01/18h	<p style="text-align: center;">Procedimento Tributário II</p> <p>Procedimento de inspeção tributária</p> <ul style="list-style-type: none"> • Princípios, âmbito, tipologia, marcha da ação de inspeção tributária e causas de suspensão <ul style="list-style-type: none"> • Avaliação da matéria tributável <ul style="list-style-type: none"> • Os sistemas de avaliações da matéria tributável • Regime simplificado • Avaliação direta (correções meramente aritméticas) • Avaliação indireta (Presunções, indícios e outros elementos) • A tributação através de manifestação de fortuna e acréscimos patrimoniais • Derrogação do sigilo bancário • Cláusulas anti-abuso (geral e específicas) <p>DOCENTE: PAULO MARQUES</p>
30.01/18h	<p style="text-align: center;">Procedimento Tributário III</p> <ul style="list-style-type: none"> • Procedimento de avaliação dos bens patrimoniais <ul style="list-style-type: none"> • Procedimento de avaliação dos imóveis • Pressupostos e critérios de avaliação • A impugnação dos erros de inscrição nas matrizes prediais • Impugnação da decisão de avaliação • Meios de impugnação administrativa <ul style="list-style-type: none"> • Pressupostos procedimentais e regras de competência • Natureza facultativa ou necessária • Efeitos sobre o processo de cobrança; requisitos e extensão da garantia • O procedimento de reclamação graciosa • O procedimento de recurso hierárquico • O pedido de revisão do ato tributário <p>DOCENTE: VASCO MATIAS VALDEZ</p>

<p>31.01/18h</p>	<p style="text-align: center;">Processo Tributário I</p> <ul style="list-style-type: none"> • Processo judicial tributário <ul style="list-style-type: none"> • O âmbito e objeto • As regras de competência e graus de jurisdição • Os agentes processuais • A arguição de nulidades • Os pressupostos processuais • Impugnação judicial <ul style="list-style-type: none"> • Os requisitos e estrutura da petição inicial • A causa de pedir e o pedido • A cumulação de pedidos e coligação de autores • Processo administrativo e contestação da Fazenda Pública • Os meios de prova • A sentença judicial • Recursos jurisdicionais <ul style="list-style-type: none"> • O regime e regras de competência • Legitimidade e prazos <p>DOCENTE: ALEXANDRA MARQUES</p>
<p>03.02/18h</p>	<p style="text-align: center;">Processo Tributário II</p> <ul style="list-style-type: none"> • A disciplina jurídica das taxas e outras contribuições • O contencioso das taxas/Autarquias Locais • Meios processuais acessórios <ul style="list-style-type: none"> • A intimação para um comportamento • A intimação para consulta de documentos e passagem de certidão • A execução de julgados <p>DOCENTE: NUNO OLIVEIRA GARCIA</p>
<p>4.02/18h</p>	<p style="text-align: center;">Processo Tributário III</p> <ul style="list-style-type: none"> • Processo de execução fiscal <ul style="list-style-type: none"> • O âmbito e objeto • A citação do executado e demais interessados • Nulidade e falta de citação • Âmbito e extensão da penhora de bens • Credores preferentes e graduação de créditos • Venda de bens e extinção da execução • Formas de extinção da dívida tributária • A prescrição das dívidas tributárias • As providências cautelares <ul style="list-style-type: none"> • O Arresto de bens e arrolamento • As providências cautelares a favor do sujeito passivo • A efetivação da responsabilidade tributária subsidiária <p>DOCENTE: JESUÍNO ALCÂNTARA MARTINS</p>

5.02/18h	<p style="text-align: center;">Processo Tributário IV</p> <ul style="list-style-type: none">• Oposição judicial<ul style="list-style-type: none">• O âmbito e objeto• Os fundamentos e pedido• A apensação de processos• A revogação do ato pelo órgão de execução fiscal• A arguição da ilegalidade na oposição judicial• Embargos de terceiro<ul style="list-style-type: none">• O âmbito e objeto• Legitimidade e prazos• Reclamação dos atos do órgão da execução fiscal<ul style="list-style-type: none">• A natureza, objeto e efeitos• As regras de legitimidade e prazos• O prejuízo irreparável• Processo de contraordenação tributário<ul style="list-style-type: none">• Recurso judicial <p>DOCENTE: JESUÍNO ALCÂNTARA MARTINS</p>
----------	--

Programa (II): Módulo de Procedimento e Processo Administrativo

Data/Hora	Tema(s) / Docente(s)
6.02/18h	<p style="text-align: center;">Procedimento Administrativo I</p> <ul style="list-style-type: none"> • Função administrativa e Direito Administrativo <ul style="list-style-type: none"> • Função administrativa e formas de atuação administrativa • Direito Administrativo: características e sistema de fontes • Organização administrativa: estruturas fundamentais da Administração Pública portuguesa • Os princípios gerais da atividade administrativa <ul style="list-style-type: none"> • Princípios gerais da atividade administrativa (legalidade e discricionariedade administrativa; interesse público e boa administração; justiça e razoabilidade; imparcialidade; boa fé; colaboração com os particulares; participação; princípio da decisão; administração aberta e proteção de dados pessoais; cooperação leal com a União Europeia) • O CPA e o regime comum do procedimento administrativo <ul style="list-style-type: none"> • A procedimentalização da atividade administrativa e o âmbito de aplicação do CPA • Princípios específicos e fases gerais do procedimento administrativo • Os sujeitos procedimentais (interessados e títulos de legitimidade; o responsável pela direção do procedimento; garantias de imparcialidade) • Acordos endoprocedimentais; auxílio administrativo; conferências procedimentais • Utilização de meios eletrónicos; direito à informação; prazos • Medidas provisórias; pareceres; extinção do procedimento <p>DOCENTE: TIAGO FIDALGO DE FREITAS</p>
7.02/18h	<p style="text-align: center;">Procedimento Administrativo II</p> <ul style="list-style-type: none"> • Garantias administrativas <ul style="list-style-type: none"> • Aspectos gerais (garantias impugnatórias e petições; garantias facultativas e necessárias; regime geral; efeitos e implicações processuais) • Aspectos particulares (reclamação; recurso hierárquico; recursos administrativos especiais) • Responsabilidade <ul style="list-style-type: none"> • Responsabilidade civil extracontratual da Administração Pública e dos seus agentes (fontes; âmbito; tipos de responsabilidade; ilicitude; culpa; imputação) • Estatuto disciplinar das relações de trabalho em funções públicas (garantias; deveres e sujeições gerais dos trabalhadores em funções públicas; sanções disciplinares e procedimento disciplinar) • Introdução ao Direito dos Contratos Públicos <ul style="list-style-type: none"> • Noções gerais; âmbito de aplicação do Código dos Contratos Públicos • Tipos de procedimentos e regras procedimentais gerais <p>DOCENTE: MARCO CALDEIRA</p>

10.02/18h	<p style="text-align: center;">Procedimento Administrativo III</p> <ul style="list-style-type: none">• Regulamento administrativo<ul style="list-style-type: none">• Noções gerais (conceito e tipos; relações com a lei; conflitos entre regulamentos)• Regime procedimental (iniciativa; preparação do regulamento e início do procedimento; audiência dos interessados; consulta pública)• Regime substantivo (eficácia; invalidade; caducidade; revogação)• Ato administrativo<ul style="list-style-type: none">• Noções gerais (conceito e tipos; forma, conteúdo e dever de fundamentação)• Regime procedimental (iniciativa; instrução; audiência prévia; decisão)• Regime substantivo (forma e fundamentação; eficácia; invalidade; revogação e anulação administrativas; execução)• Introdução ao Direito do Urbanismo<ul style="list-style-type: none">• Planeamento e instrumentos de gestão territorial• Operações urbanísticas: controlo prévio e medidas de controlo• Contraordenações urbanísticas <p>DOCENTES: TIAGO SERRÃO/DIOGO CALADO</p>
11.02/18h	<p style="text-align: center;">Processo Administrativo I</p> <ul style="list-style-type: none">• Jurisdição e competência dos tribunais administrativos<ul style="list-style-type: none">• Âmbito da jurisdição administrativa e conflitos de competência jurisdicional• Organização, funcionamento e regras de competência dos tribunais administrativos• Princípios gerais<ul style="list-style-type: none">• Princípios estruturais do processo administrativo• Aplicação subsidiária da lei processual civil• As partes<ul style="list-style-type: none">• Capacidade e personalidade judiciárias• Legitimidade processual• Ação popular, ação pública e intervenção do Ministério Público• Patrocínio forense e representação judiciária <p>DOCENTE: FRANCISCO PAES MARQUES</p>
12.02/18h	<p style="text-align: center;">Processo Administrativo II</p> <ul style="list-style-type: none">• Formas de processo e meios processuais<ul style="list-style-type: none">• A organização das formas e dos meios processuais no Processo Administrativo• Cumulação de pedidos, apensação de processos e seleção de processos com andamento prioritário• Valor das causas e custas processuais• Ação administrativa<ul style="list-style-type: none">• Âmbito e regras gerais• Ação de impugnação de atos administrativos• Ação de condenação à prática de atos administrativos devidos• Ações sobre regulamentos• Ações sobre contratos• Outras pretensões <p>DOCENTES: JOSÉ DUARTE COIMBRA/FRANCISCO PAES MARQUES</p>

13.02/18h	<p style="text-align: center;">Processo Administrativo III</p> <ul style="list-style-type: none">• Tramitação da ação administrativa<ul style="list-style-type: none">• Articulados (petição inicial; contestação e envio do processo administrativo; réplica e tréplica; articulados supervenientes)• Saneamento e condensação (despacho pré-saneador; audiência prévia; despacho saneador)• Instrução (temas da prova; meios de prova)• Audiência final e alegações• Julgamento (forma e objeto do julgamento; conteúdo e estrutura das sentenças administrativas)• Recursos jurisdicionais<ul style="list-style-type: none">• Regras gerais• Recursos ordinários (apelação e revista)• Recursos extraordinários (uniformização de jurisprudência e revisão)• Meios processuais extravagantes<ul style="list-style-type: none">• As ações especiais no domínio urbanístico• O contencioso da nacionalidade• O contencioso do asilo e da proteção internacional <p>DOCENTE: JOSÉ DUARTE COIMBRA</p>
14.02/18h	<p style="text-align: center;">Processo Administrativo IV</p> <ul style="list-style-type: none">• Tutela principal urgente<ul style="list-style-type: none">• Contencioso eleitoral• Contencioso dos procedimentos de massa• Contencioso pré-contratual• Intimação para a prestação de informações• Intimação para a proteção de direitos, liberdades e garantias• Tutela cautelar<ul style="list-style-type: none">• aspetos gerais (âmbito da tutela cautelar; características e critérios de decretamento das providências cautelares; tramitação; antecipação da decisão da causa principal)• aspetos particulares (suspensão da eficácia de atos e normas; decretamento provisório; providências relativas à formação de contratos; regulação provisória de quantias)• Tutela executiva<ul style="list-style-type: none">• aspetos gerais• aspetos particulares (execução para a prestação de factos ou de coisas; execução para pagamento de quantia certa; execução de sentenças de anulação de atos administrativos) <p>DOCENTE: JORGE PAÇÃO</p>